



GAIA SILVA GAEDE

ADVOGADOS

## **IMPACTOS DO NOVO CONVÊNIO 52/2017 PARA O ICMS-ST**

# 1. CONSOLIDAÇÃO DAS REGRAS

## CONSOLIDA REGRAS DOS SEGUINTE ATOS

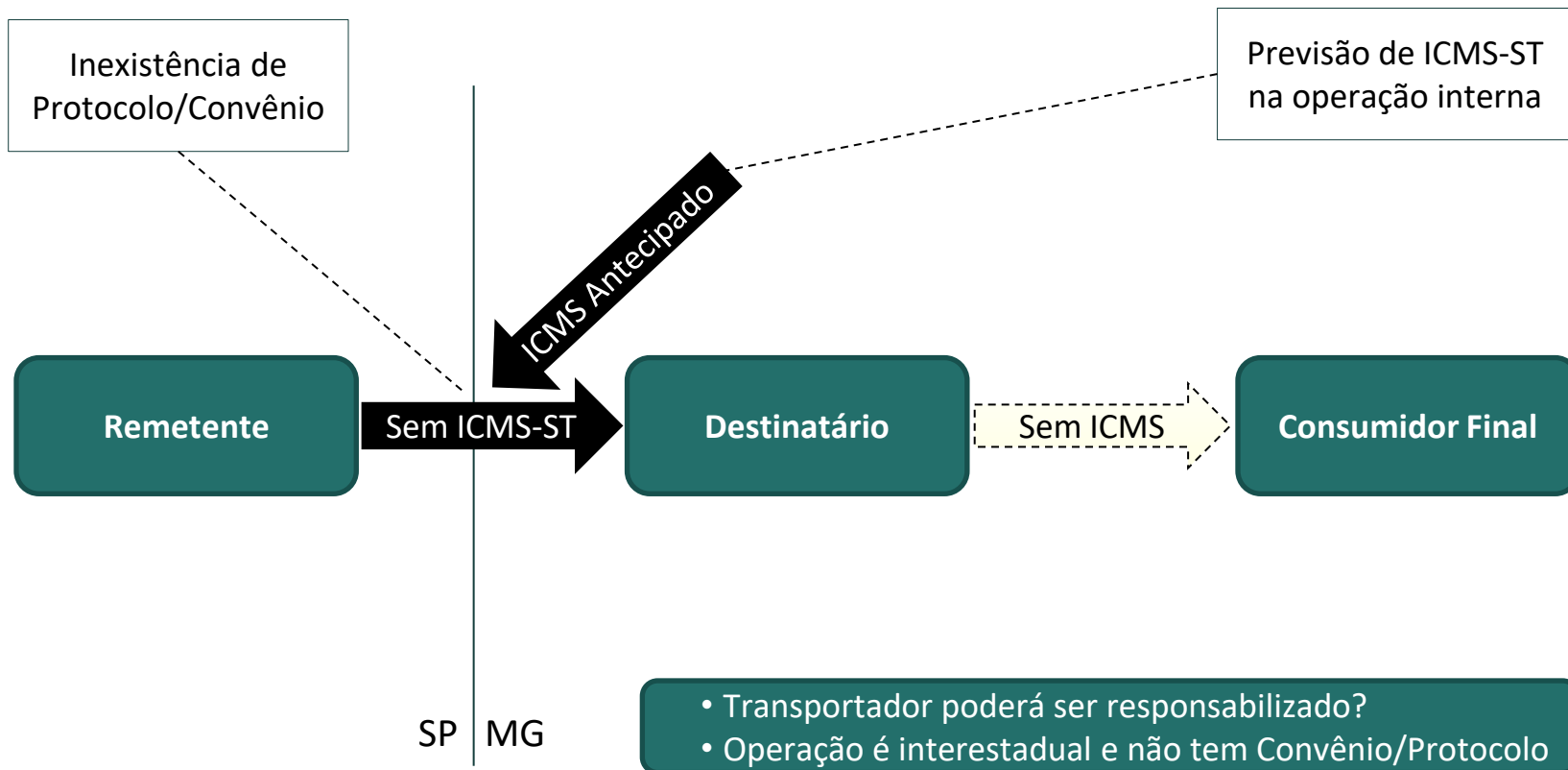
CONVÊNIO ICMS	ASSUNTO
81/1993	Normas gerais ICMS-ST
70/1997	Normas para apuração de MVA
35/2011	MVA para Simples Nacional
92/2015	Produtos sujeitas ao ICMS-ST e CEST
149/2015	ICMS-ST para escala industrial não relevante

### LINHAS GERAIS DO CONVÊNIO 52/2017

- ❑ Regula o ICMS-ST para frente, o Diferencial de Alíquotas e a Antecipação com Encerramento de Tributação (§ 1º, cláusula primeira)
- ❖ **ICMS-ST pra frente:** método tradicional em que se atribuiu ao contribuinte que inicia a cadeia mercantil a responsabilidade pelo ICMS incidente nas operações subsequentes
- ❖ **DIFAL:** atribui ao remetente a obrigação de recolher o DIFAL nas operações interestaduais, compreendendo tanto bens de uso e consumo quanto ativo imobilizado
- ❖ **Antecipação com Encerramento de Tributação:** destinatário responsável pelo ICMS-ST para frente quando há previsão de sujeição na operação interna sem que haja Protocolo ou Convênio atribuindo a responsabilidade ao remetente (expediente já referendado pelo STJ)

Ainda haverá possibilidade de cobrar o ICMS-ST Antecipado em barreiras?

## 2. LINHAS GERAIS E CONTEXTO



#### VIGÊNCIA

- ❑ Geral: 01/01/2018;
- ❑ Obrigação de informar o CEST nos documentos fiscais, mesmo que as mercadorias não estejam sujeitas ao ICMS-ST:
  - ❖ 01/07/2017: industriais e importadores;
  - ❖ 01/10/2017: atacadistas; e
  - ❖ 01/04/2018: demais segmentos econômicos.

#### CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (“CEST”)

- ☐ Instituído pelo Convênio 92/2015
- ☐ Estabelece códigos vinculados às mercadorias passíveis de serem tributadas pelo ICMS-ST
- ☐ Mercadorias e respectivos CEST estão listados nos Anexos do Convênio 52/17
- ☐ Contribuintes devem incluir o CEST nos documentos fiscais, ainda que a mercadoria não esteja sujeita ao ICMS-ST na operação e o contribuinte não seja substituto
- ☐ Ao destacar o ICMS-ST na NF-e, o documento só será validado se houver indicação do CEST (Nota Técnica 3/2015)

### CONVÊNIO 52/17 - OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO?

Plena liberdade  
dos Estados?

- ☐ Acordos poderão estabelecer normas específicas ou complementares ao Convênio (§ 2º, cláusula quarta)
- ☐ Obrigação de os Estados, ao assinarem Protocolos prevendo o ICMS-ST nas operações interestaduais, a também instituírem o regime para as suas operações internas (§ 1º, cláusula quarta)
- ☐ Convênio não obriga os Estados a instituírem o regime nas operações internas para os itens listados que não tenham Protocolo

### OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO?

- ❑ Caso instituem o ICMS-ST, somente poderão fazê-lo em relação às mercadorias listadas no Convênio 52/17???
  
- ❖ Não poderá haver substituição tributária interestadual para mercadorias não-listadas
  
- ❖ E nas operações internas (§§ 5º, 6º e 7º, cláusula sétima)???

**PODE O CONVÊNIO LIMITAR A COMPETÊNCIA DOS ESTADOS  
NAS OPERAÇÕES INTERNAS???**

## 5. NOVAS HIPÓTESES DE NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS-ST

### CONVÊNIO 81/93:

Apenas duas hipóteses de não-aplicação do ICMS-ST no Convênio:

- ☐ Operações entre substitutos da mesma mercadoria (não para mesmo segmento), assim definidos pela legislação
- ☐ Transferências entre estabelecimentos do mesmo titular, exceto quando o destinatário fosse varejista

**Obs. 1:** Alguns Protocolos/Convênios apresentam outras hipóteses

**Obs. 2:** Alguns Estados com regras diversas (ex.: São Paulo)

**Problemas:** Não-Incidência restrita a situações em que a o **substituto-adquirente** tenha essa condição outorgada pela norma, não abrangendo situações de regimes especiais, por exemplo

## 5. NOVAS HIPÓTESES DE NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS-ST

### CONVÊNIO 52/17:

#### SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS:

- ☐ São Paulo:
  - ☐ destinatário das mercadorias fabricante de mercadoria do mesmo segmento;
  - ☐ operações entre varejista situados em outro Estado para não-varejista paulista;
- ☐ AL, BA, MG, PB e RJ: ICMS-ST só não será aplicável nas transferências entre estabelecimentos quando o remetente for industrial fabricante.

Em todas as hipóteses de não-incidência do ICMS-ST, a condição de substituto é deslocada para o destinatário

## 5. NOVAS HIPÓTESES DE NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS-ST

### CONVÊNIO 52/17:

#### Além das hipóteses do Convênio 81/93, novas situações:

- ☐ Operações destinadas a estabelecimento industrial que utilizar as mercadorias no seu **processo produtivo**, desde que este também não os revenda;
- ☐ Operações em que o destinatário detenha a **condição de substituto atribuída pela unidade federada de destino** (não necessariamente industrial ou importador);
- ☐ Mercadorias produzidas em **escala não relevante** (Convênio 149/15); e
- ☐ Faculdade de não aplicar o ICMS-ST quando o destinatário for **empresa interdependente**, exceto varejista.

## 6. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Será preciso fazer gross-up da MVA ou do PMPF para o ICMS-ST?

### CÁLCULO POR DENTRO DO ICMS-ST E DO DIFAL

- ☐ Inclusão do ICMS-ST e ICMS-DIFAL na própria base de cálculo (cláusula décima terceira)
  - ❖ MVA e PMPF consideram preço de ponta, no qual já está compreendido o ICMS da operação
- ☐ DIFAL passa a ter uma fórmula de cálculo semelhante àquela da EC 87/2015

Como é?

Inscrição Estadual no Destino?	Apuração e Recolhimento do ICMS-ST
Não	Via GNRE por NF-e
Sim	Apuração mensal e pagamento único

Como fica?

- ☐ Suspensão ou cancelamento da inscrição do substituto tributário quando este deixar de:
  - ❖ pagar, **no todo ou em parte**, o ICMS-ST devido ao estado de destino (cláusula vigésima, § 1º); ou
  - ❖ entregar por 02 (dois) meses a obrigação acessória.
- ☐ Sanção política X jurisprudência do STF (Súmulas 70, 323 e 547)



GAIA SILVA GAEDE  
ADVOGADOS

[WWW.GSGA.COM.BR](http://WWW.GSGA.COM.BR)

[felipe.andrade@gsga.com.br](mailto:felipe.andrade@gsga.com.br)